



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO**  
**DISTRITO FEDERAL**

Presidência

Superintendência de Licenciamento Ambiental

Ofício SEI-GDF Nº 697/2019 - IBRAM/PRESI/SULAM

Brasília-DF, 10 de setembro de 2019.

Senhor(a) Representante,

Em resposta a Carta - CE-138-19-238.80 (27215597) que solicita diretrizes para o Licenciamento Ambiental de proposta de sistema viário de ligação entre o futuro Setor Habitacional São Bartolomeu e as cidades do Paranoá e Itapoã, de interesse JC GONTIJO ENGENHARIA S.A, encaminho a Informação Técnica SEI-GDF n.º 97/2019 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III (27644853), para conhecimento.

Atenciosamente,

**ALISSON SANTOS NEVES**

Superintendente de Licenciamento Ambiental

à Empresa

**JC GONTIJO ENGENHARIA S.A.**

SHCS/EQS 114/115 - Conjunto A - Bloco 01 - salas 10 a 16 e 28 a 34 - Centro Comercial Casablanca - Asa Sul

CEP: 70.377-400 – Brasília/DF

E-mail:



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON SANTOS NEVES - Matr.0215815-9, Superintendente de Licenciamento Ambiental**, em 10/09/2019, às 16:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=28050346](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=28050346) código CRC= **692113E6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SEPN 511 - Bloco C - Edifício Bittar - 5º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70750543 - DF  
3214-5630

00391-00007901/2019-58

Doc. SEI/GDF 28050346





## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

## Diretoria de Licenciamento III

Brasília-DF, 03 de setembro de 2019

Informação Técnica SEI-GDF n.º 97/2019 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III

PROCESSO SEI Nº	00391-00007901/2019-58
ATIVIDADE	Duplicação de trecho da rodovia DF-001, abertura e implantação de via (duplicada) e construção de ponte sobre o rio Paranoá.
INTERESSADO	JC Gontijo Engenharia S.A.
CPF ou CNPJ	06.056.990/0010-57
ASSUNTO	Diretrizes para o Licenciamento Ambiental de proposta de sistema viário de ligação entre o futuro Setor Habitacional São Bartolomeu e as cidades do Paranoá e Itapoã.

## 1. INTRODUÇÃO

O Governo de Distrito Federal autorizou a JC Gontijo Engenharia S.A. a realizar, de forma independente, estudos técnicos de viabilidade econômico-financeira, jurídico-institucional e modelagem de parcerias público-privadas, na área de programas habitacionais de interesse público, especificamente para o futuro Setor Habitacional São Bartolomeu.

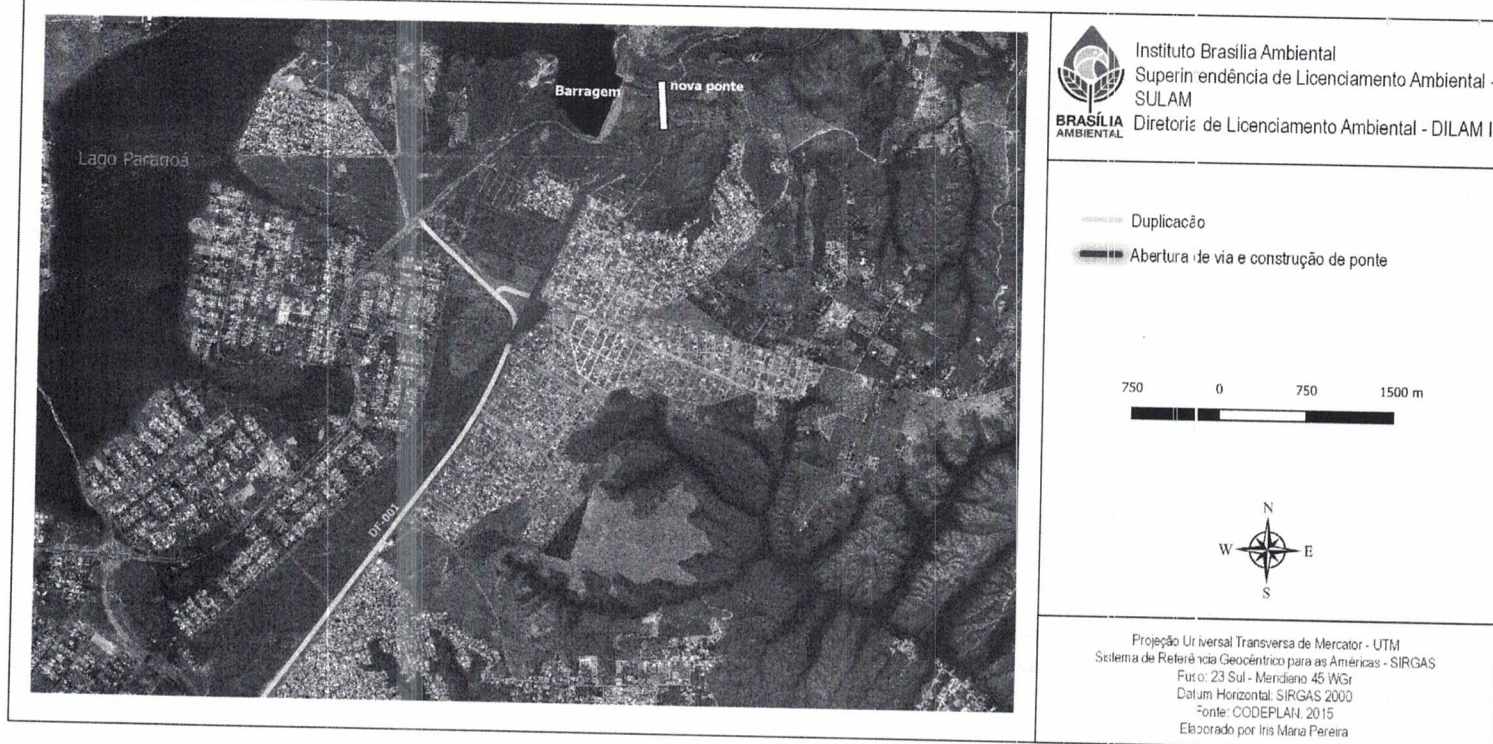
Conforme a Carta s/n, de 23 de agosto de 2019 (27215597), a JC Gontijo Engenharia S.A. informou que recebeu correspondência de Governo do Distrito Federal consultando sobre a possibilidade de incluir no escopo da parceria público-privada estudos para a implantação do sistema viário conectando o novo bairro às cidades do Paranoá e Itapoã. De acordo com a descrição do documento, a implantação deste sistema viário compreende:

1. Duplicação de trecho da DF-001 desde seu entroncamento com a DF-027 até a nova ponte a ser construída sobre o rio Paranoá, à jusante da barragem;
2. Ponte sobre o rio Paranoá;
3. Ligação entre a nova ponte e o entroncamento da DF-001 com a DF-005.

Assim, a presente Informação Técnica tem por objetivo fornecer as diretrizes gerais para o futuro licenciamento ambiental das obras de implantação do sistema viário proposto, mesmo com o pouco detalhamento do projeto e a falta de informações mais precisas.

## 2. LOCALIZAÇÃO E ZONEAMENTO

Levando em consideração o Anexo 03 da Carta s/n, de 23 de agosto de 2019 (27215597), foi possível desenhar, de forma imprecisa, o traçado do sistema viário proposto, conforme figura a seguir:



O empreendimento possui uma extensão total de aproximadamente 9 km, incluindo a nova ponte sobre o Rio Paranoá. De forma mais detalhada, seriam aproximadamente 5,6 Km de duplicação de rodovia já implantada (DF-001), mais 3,3 Km de implantação de via (duplicada) e construção de ponte à jusante da barragem, o que permitiria a interrupção do fluxo de veículos existente hoje sobre a barragem. Não há informações sobre a extensão da referida obra de arte.

De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT (Lei Complementar nº 803, de 25/04/2009), atualizado pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, a área afetada pelo empreendimento está inserida na Macrozona Urbana, passando pela Zona Urbana de Uso Controlado I - ZUUCI-2, Zona Urbana de Uso Controlado II - ZUUCII-12 e pela Zona de Contenção Urbana - ZCU-1.

Segundo o Mapa Ambiental do Distrito Federal, a área em questão está inserida na Área de Proteção Ambiental - APA do Lago Paranoá e na Área de Proteção Ambiental - APA do Rio São Bartolomeu. O trecho da rodovia DF-001 que se pretende duplicar é contíguo ao Parque Ecológico Bernardo Sayão.

De acordo com o Mapa Hidrográfico do Distrito Federal, a área do empreendimento está inserida na Região Hidrográfica do Paraná, Bacias Hidrográficas do Lago Paranoá e do Rio São Bartolomeu, e Unidades Hidrográficas do Lago Paranoá, do Rio Paranoá e do Ribeirão Taboca.

### 3. DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

#### 1. Legislação

O Licenciamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável ao garantir a preservação e a utilização racional dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida da população. É uma ferramenta essencial ao poder público para a garantia da preservação ambiental nos dias atuais. Qualquer atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capaz sob qualquer forma, de causar degradação ambiental deve ser condicionado ao licenciamento ambiental e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

De acordo com o Art. 225 da Constituição Federal, *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético; definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; e controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

Dessa forma, o licenciamento ambiental visa atender aos preceitos da Constituição Federal ao promover a preservação e a utilização racional dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida, e para licenciar as atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, o procedimento administrativo exige o estudo prévio de impacto ambiental. Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

O sistema viário de ligação proposto entre o futuro Setor Habitacional São Bartolomeu e as cidades do Paranoá e Itapoã deve ser submetido ao licenciamento ambiental e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões ambientais por se tratar de empreendimento que contempla obras constantes do Anexo 1 da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Obras civis: rodovias e outras obras de arte) que causará impacto ambiental, além de afetar diretamente unidades de conservação protegidas por Lei, e dependerá de elaboração de estudo ambiental, a ser submetido à aprovação do Instituto Brasília Ambiental, órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA responsável pelo licenciamento das atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental. As normas ambientais e relacionadas à natureza do empreendimento deverão ser respeitadas criteriosamente, e estão estabelecidas na seguinte legislação:

#### Legislação Federal:

- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;
- Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental;
- Resolução CONAMA nº 06, de 24 de janeiro de 1986. Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 225, § 1º, inciso IV;
- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;
- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
- Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana;
- Resolução CONAMA nº 281, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre modelos de publicação de licenciamento;
- Decreto nº 4.340, de 2002, Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA;
- Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

#### Legislação Distrital:

- Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989. Dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal;
- Decreto nº 12.960, de 28 de dezembro de 1990. Aprova o Regulamento da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989 que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal;
- Lei nº 56, de 24 de novembro de 1989. Dispõe sobre normas para a proteção do meio ambiente, nos casos que especifica;
- Decreto nº 14.783, de 17 de junho de 1993 e atualizações. Dispõe sobre o tombamento de espécies arbóreo-arbustivas, e dá outras providências;
- Lei nº 1.298, de 16 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a preservação da fauna e da flora nativas do Distrito Federal e das espécies animais e vegetais socioeconomicamente importantes e adaptadas às condições ecológicas;
- Lei nº 1.869, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre os instrumentos de avaliação de impacto ambiental no Distrito Federal e dá outras providências;
- Decreto nº 23.585, de 5 de fevereiro de 2003. Altera dispositivos do Decreto nº 14.783, de 17 de junho de 1993, que dispõe sobre o tombamento de espécies arbóreo-arbustivas no território do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal;
- Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009 e atualizações. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010. Regulamenta o Art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o Art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC;
- Instrução Normativa IBRAM nº 50, de 2 de março de 2012. Dispõe sobre critérios para análise da possibilidade de conversão de parte do plantio de mudas em prestação de serviço, doação de equipamento e/ou execução de obras;
- Instrução Normativa IBRAM nº 94, de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre o rol de documentos básicos que devem ser apresentados para iniciar análises técnicas relativas ao requerimento de licenciamento ambiental no âmbito do Instituto Brasília Ambiental;

- Instrução Normativa IBRAM nº 105, de 27 de julho de 2015. Cria comissão permanente de caráter interdisciplinar para formular proposta de aplicação de recursos de compensação ambiental e florestal;
- Instrução Normativa IBRAM nº 163, de 21 de outubro de 2015. Estabelece procedimentos administrativos para o acompanhamento, fiscalização, controle e registro da compensação ambiental e florestal realizada no âmbito do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM;
- Decreto nº 36.992, de 17 de dezembro de 2015. Estabelece a nova tabela de preços cobrados pelos serviços solicitados de análise de licenciamento ambiental;
- Instrução Normativa IBRAM nº 130, de 07 de junho de 2016. Cria a Câmara de Compensação Ambiental e Florestal – CCAF/IBRAM e estabelece o seu Regimento Interno;
- Decreto nº 37.646, de 20 de setembro de 2016. Dispõe sobre o Programa de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal – Recupera Cerrado, e dá outras providências;
- Instrução Normativa IBRAM nº 647, de 11 de outubro de 2017. Regula o processo de recebimento e de conferência dos documentos relativos ao Licenciamento Ambiental no âmbito do IBRAM;
- Resolução CONAM nº 01, de 30 de janeiro de 2018. Institui o Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) como instrumento de gestão dos empreendimentos e atividades classificadas como de pequeno potencial de impacto ambiental;
- Instrução Normativa IBRAM nº 330, de 30 de agosto de 2018. Dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental e Florestal dá outras providências;
- Decreto nº 39.469, de 22 de novembro de 2018. Dispõe sobre a autorização de supressão de vegetação nativa, a compensação florestal, o manejo da arborização urbana em áreas verdes públicas e privadas e a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos situados no âmbito do Distrito Federal.

## 2. Fases do Licenciamento Ambiental

A Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, definiu o conceito de licenciamento ambiental e estabeleceu as suas etapas.

São elas:

1. Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
2. Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;
3. Licença de Operação (LO) – autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Porém, no âmbito do Distrito Federal, a Resolução CONAM nº 01, de 30 de janeiro de 2018, considerando o disposto no Art. 12, § 1º, da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o disposto no Art. 9º, XIV, alínea a, da Lei Federal Complementar nº 140/2011 e, por último, a necessidade de adequação dos parâmetros e procedimentos, de maneira a tornar mais eficiente e eficaz o licenciamento de empreendimentos e atividades de pequeno potencial de impacto ambiental, instituiu o Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) como instrumento de gestão dos empreendimentos e atividades classificadas como de pequeno potencial de impacto ambiental, estabelecendo parâmetros e procedimentos para a sua realização.

O Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) é o procedimento administrativo pelo qual o órgão responsável pela execução do licenciamento ambiental no Distrito Federal avalia, em fase única, a localização, viabilidade ambiental, condições de instalação e operação de um determinado empreendimento ou atividade classificada como de pequeno potencial de impacto ambiental, emitindo um único ato autorizativo. Os empreendimentos e atividades caracterizados como de pequeno potencial de impacto ambiental, passíveis de licenciamento simplificado, estão relacionadas no ANEXO I da Resolução. Dentre eles, podemos destacar os que tem relação com a natureza do empreendimento em análise:

*Item 06- Implantação ou duplicação e pavimentação de rodovias com extensão menor ou igual a 10 Km;*

*Item 08 - Construção de obras de arte especial em rodovias em operação, tais como viadutos, pontes e passagens subterrâneas maiores que 60 m.*

Observando esses itens do ANEXO I e considerando apenas a duplicação da rodovia já existente, a DF-001, o empreendimento se enquadraria em um Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS). Levando em conta a extensão total do sistema viário proposto, incluindo abertura de via (duplicada) e construção de ponte, o empreendimento também se enquadraria em um Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS). Porém, o item 08 do Anexo I da Resolução CONAM nº 01, de 30 de janeiro de 2018, é claro quando diz que se enquadra no LAS a *construção de obras de arte especial em rodovias em operação*, não incluindo aí obras de arte de rodovias a serem implantadas. Além disso, para avaliar a possibilidade do enquadramento em um Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), ainda não temos um detalhamento da extensão do impacto ambiental que será ocasionado pela implantação da infraestrutura, já que não dispomos de projeto básico e memorial descritivo da obra. Dispomos apenas de informações imprecisas sobre o traçado e a extensão.

Pelos motivos expostos acima, recomendamos que o conjunto do sistema viário proposto seja enquadrado no licenciamento ambiental trifásico, com emissão sucessiva de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), tal como definido na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, necessitando, assim, de elaboração de estudo ambiental.

Para cada fase, o licenciamento ambiental do empreendimento deverá observar as seguintes diretrizes:

### 1. Licença Prévia (LP)

Para a fase da Licença Prévia do sistema viário proposto, na qual será analisada a viabilidade ambiental do empreendimento, será exigida apresentação da documentação pertinente à atuação de processo de licenciamento ambiental, conforme Instrução IBRAM nº 94, de 28 de maio de 2014. O interessado em requerer o licenciamento ambiental deverá apresentar, no mínimo, a seguinte documentação:

- I – Formulário de Requerimento preenchido e assinado pelo representante legal da empresa ou procurador;
- II - Comprovante do pagamento do Preço Público para análise de processos de licenciamento ambiental (a emissão da guia para pagamento da análise ambiental deve ser solicitada previamente na Central de Atendimento do IBRAM. O valor será cobrado conforme o Decreto nº 36.992, de 17 de dezembro de 2015, que estabelece a nova tabela de preços cobrados pelos serviços solicitados de análise de licenciamento ambiental);
- III - Publicações do aviso de requerimento da respectiva licença no Diário Oficial do Distrito Federal e jornal de grande circulação (página inteira dos jornais);
- IV - RG e CPF dos representantes legais (sócio-administrador) ou do procurador (procuração com firma reconhecida);
- V - CNPJ, Cadastro Fiscal Distrital (CF/DF) e Contrato Social da empresa;
- VI - Comprovante de propriedade do imóvel (escritura definitiva), cessão de direitos, contrato de locação do imóvel ou outro tipo de documento que comprove a posse sobre o imóvel que recebe(rá) o empreendimento a ser licenciado;
- VII - Planta SICAD, em escala 1:10.000, com a demarcação da área do empreendimento a ser licenciado;
- VIII - Memorial descritivo da atividade a ser licenciada;
- IX - Certidão ou documento da Administração Regional declarando que o local, tipo do empreendimento e atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo (Resolução CONAMA nº 237/1997, art. 10, §1º);
- X - Estudo ambiental, conforme tipo de empreendimento a ser licenciado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.

O estudo ambiental a ser apresentado será o Relatório Ambiental Simplificado - RAS e desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

- I - Caracterização ambiental (deve ser clara e objetiva, realizada em escalas adequadas e evitando a inserção de informações que extrapolem as áreas de influência direta e indireta do empreendimento) da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:
  - a) o meio físico - o subsolo, as águas, destacando a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico;
  - b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;
- II - Medidas de controle ambiental, com a análise dos impactos ambientais do projeto, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes; definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos;
- III - Elaboração do programa de acompanhamento, monitoramento e recuperação de áreas degradadas.

Na fase de Licença Prévia (LP) mais algumas exigências devem ser observadas:

- As manifestações dos órgãos de infraestrutura e planejamento urbano envolvidos (IPHAN, CEB, CAESB, NOVACAP, DER, DETRAN, SEGETH, DIVAL, SLU), em relação à implantação do empreendimento, deverão ser levadas em consideração na elaboração do projeto;
- Os órgãos consultivos envolvidos poderão solicitar estudos específicos considerando a sua competência específica como: Levantamento Arqueológico (IPHAN) e outros definidos a partir da consulta a esses órgãos;
- A manifestação da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água - SUCON do Instituto Brasília Ambiental quanto às unidades de conservação afetadas deverá ser condicionante em relação à implantação do projeto e deverá ser incorporada ao projeto, principalmente com relação ao Parque Ecológico Bernardo Sayão. Deverá ser também apontada a interferência do projeto na Área de Preservação Permanente do Rio Paranoá.
- Deverá ser ouvido o conselho Gestor da APA do Paranoá;
- Apresentar outorga prévia da Adasa para lançamento de drenagem em corpo hídrico.

## 2. Licença de Instalação (LI)

Para a fase de emissão de Licença de Instalação na continuidade do processo de licenciamento ambiental, o interessado deverá primeiramente apresentar relatório que contenha o cumprimento de todas as exigências, condicionantes e restrições da Licença Prévia, sob pena de indeferimento do requerimento da nova licença ambiental. A Licença de Instalação autorizará a implantação do empreendimento e início das obras, que deverão ser executadas conforme os projetos apresentados. As diretrizes para essa fase são:

- O empreendedor deverá apresentar o projeto executivo das obras, especificando cada etapa de implantação com cronograma físico-financeiro detalhado;
- Todas as outorgas prévias para captação de água e lançamento de efluentes que porventura sejam necessárias deverão ser apresentadas antes da emissão da Licença de Instalação;
- Em caso de necessidade de supressão de vegetação para a implantação das infraestruturas, o empreendedor deverá obter autorização específica para supressão vegetal junto ao Instituto Brasília Ambiental;
- O plano de recuperação de áreas degradadas deverá ser realizado e finalizado durante a vigência da Licença de Instalação;
- A obrigatoriedade de execução da Compensação Florestal será condicionada no corpo da Licença de Instalação;
- Para obter a Licença de Instalação, será exigida a apresentação da aprovação do IPHAN;
- O empreendedor deverá obter a Documentação de Origem Florestal – DOF para transporte de matéria-prima florestal, em caso de supressão de vegetação.

### 3. Licença de Operação (LO)

Conforme a legislação vigente, a Licença de Operação autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação. As diretrizes para esta fase são:

- Apresentar relatório de cumprimento das condicionantes, exigências e restrições da Licença de Instalação;
- Apresentar relatórios de execução dos programas de controle, monitoramento e recuperação de áreas degradadas;
- O Instituto Brasília Ambiental exigirá a execução parcial ou total do Termo de Compromisso da Compensação Florestal, a depender dos prazos e cláusulas nele estipulado.

### 4. TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO - RAS

#### 1. Informações Gerais

##### 1.1. Identificação do empreendedor

Nome ou razão social;  
Número do CNPJ e Registro no Cadastro Técnico Federal;  
Endereço completo;  
Telefone e fax;  
Representantes legais (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);

##### 1.2. Identificação da empresa/técnico (s) responsável (is) pelo estudo

Nome ou razão social;  
Número do CNPJ e Registro no Cadastro Técnico Federal;  
Endereço completo (fone, fax e-mail);  
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) responsável(is) técnico(s).

#### 2. Dados do Empreendimento

##### 2.1. Identificação do Empreendimento

Nome do empreendimento;  
Região Administrativa;  
Coordenadas geográficas conforme norma vigente.

##### 2.2. Caracterização do Empreendimento

Identificação do tipo de atividade a ser desenvolvida no empreendimento;

Caracterização e localização das instalações existentes ou pretendidas, contemplando a área total do terreno, a área construída, equipamentos e materiais utilizados (inclusive o volume de matéria-prima utilizado) e o zoneamento de acordo com o PDOT/DF;

Apresentar justificativa para a escolha do traçado e da localização da empreendimento. Confrontar com outras alternativas de traçado e localização;

Informar limites de Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação e demais áreas protegidas por legislação específica, com as respectivas distâncias do empreendimento;

##### 2.3. Infraestrutura e Serviços

Informar se a infraestrutura do empreendimento será interligada com a infraestrutura dos serviços públicos existentes (rede elétrica, abastecimento de água, sistema de coleta de esgoto, sistema de água pluvial), apresentando a manifestação das concessionárias a respeito da capacidade de absorção. Caso esses sistemas não sejam interligados à infraestrutura existente, o empreendedor deverá apresentar o projeto básico.

##### 2.4. Efluentes e resíduos

Caracterizar os efluentes e resíduos sólidos gerados pela atividade indicando a estimativa de volume gerado por dia e por mês, além do sistema de coleta, tratamento, inertização e disposição final. Quando for o caso, informar o nome da empresa que fará a coleta e transporte dos resíduos e efluentes. Caso a coleta seja realizada pelo serviço público de limpeza urbana, apresentar manifestação do órgão competente.

#### 3. Caracterização Ambiental

As informações do estudo ambiental deverão considerar as Áreas de Influência Direta e Diretamente Afetada pelo empreendimento.

3.1 Geologia - Caracterização geológica resumida identificando o tipo de relevo e acidentes geográficos, apresentando a avaliação do risco geotécnico para a atividade, obra ou empreendimento.

3.2 Hidrogeologia - Informar a Unidade Hidrográfica, Bacia Hidrográfica e Região Hidrográfica, na qual o empreendimento está inserido e avaliar o risco hidrogeológico, para o sistema de recarga poroso e/ou fraturado, contaminação e exploração de água subterrânea.

3.3 Geomorfologia - Descrição geomorfológica resumida da área de influência compreendendo as formas e a dinâmica de relevo, com ênfase na identificação de situações de presença ou de propensão à erosão e ao assoreamento.

3.4 Vegetação - Descrever as fitofisionomias que ocorrem na área diretamente afetada pelo empreendimento e, quando for o caso de necessidade de supressão vegetal, apresentar o inventário florestal dessa área, incluindo o quantitativo de indivíduos arbóreos e arbustivos nativos e exóticos, para efeito de cálculo da compensação prevista na legislação vigente.

3.5 Fauna - Informar a ocorrência das principais espécies da fauna silvestre na área diretamente afetada, identificando as espécies endêmicas e em extinção.

3.6 Pedologia - Descrição e mapeamento das classes de solo com a observância do Sistema de Classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e com a indicação do grau de erodibilidade, em escala compatível, para a área diretamente afetada.

#### 4. Medidas de Controle Ambiental

4.1. Descrição das medidas a serem adotadas para minimizar os impactos ambientais identificados;

4.2. As medidas indicadas deverão ser apresentadas e classificadas quanto:

- à natureza (preventiva ou corretiva);
- ao meio a que se destinam (biótico, socioeconômico e físico);
- à fase do empreendimento (implantação ou operação);
- à responsabilidade de implantação (empreendedor, Poder Público, outros);
- à duração (curto, médio ou longo prazo).

#### 5. Programas de Controle, Monitoramento, Recuperação e Educação Ambiental

Apresentar programas de controle e monitoramento dos impactos ambientais, distinguindo aqueles da fase de instalação dos da fase de operação. Apresentar o Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD), de acordo com a legislação vigente. Apresentar programa de educação ambiental para a fase de instalação e operação do empreendimento conforme a legislação vigente.

#### 6. Referências Bibliográficas

Apresentar a bibliografia citada e consultada. Todas as referências bibliográficas utilizadas deverão ser mencionadas no texto segundo as normas de publicação de trabalhos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

#### 7. Forma de Apresentação do Produto

- O Relatório Ambiental Simplificado - RAS deverá ser elaborado por empresa ou técnico cadastrado no Instituto Brasília Ambiental.
- O estudo deverá ser apresentado em meio digital, conforme previsto na Instrução Normativa IBRAM nº 647, de 11 de outubro de 2017, que regula o processo de recebimento e de conferência dos documentos relativos ao Licenciamento Ambiental.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta à Carta s/n, de 23 de agosto de 2019 (27215597) , encaminhamos esta Informação Técnica com as diretrizes para o licenciamento ambiental das obras de implantação do sistema viário proposto que poderá conectar o futuro Setor Habitacional São Bartolomeu às cidades do Paranoá e Itapoã.

Considerando que ainda não temos um detalhamento da extensão do impacto ambiental que será ocasionado pela implantação das obras de infraestrutura, já que não dispomos de projeto básico e de memorial descritivo das obras, recomendamos que o conjunto do sistema viário proposto, por razão de sua atual indefinição, seja enquadrado no licenciamento ambiental trifásico, com emissão sucessiva de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), tal como definido na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, necessitando, assim, de elaboração de estudo ambiental.

O estudo ambiental a ser apresentado deverá ser o Relatório Ambiental Simplificado - RAS, conforme Termo de Referência apresentado no item 4. **TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO - RAS** deste documento.

Esta é a Informação que será submetida à avaliação e aprovação superior.



Documento assinado eletronicamente por **IRIS MARIA PEREIRA - Matr.0264586-6, Analista de Atividades do Meio Ambiente**, em 06/09/2019, às 11:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=32748341&infra\\_sistem...](https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=32748341&infra_sistem...) 7/8



[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **27644853** código CRC= **5825D66C**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF

---

00391-00007901/2019-58

Doc. SEI/GDF 27644853